
Jornal Boca de Rua: O Potencial Democrático das Mídias Radicais Alternativas¹

Caroline de Mendonça MUSSKOPF²
Luiz Felipe ZAGO³
Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar o potencial democrático do Jornal Boca de Rua, mídia radical alternativa (DOWNING, 2004) formada por pessoas em situação de rua, estudantes voluntários e pela Organização Não Governamental Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ONG ALICE). A coleta de dados ocorreu por meio da observação-participante de suas reuniões de pauta semanais e da análise da edição 63 do jornal, intitulada "Luto e Luta". Explora a discussão sobre democracia a partir dos conceitos de comunicação das minorias (PAIVA; BARBALHO, 2005) e esfera pública (GOMES, 2008; SILVEIRINHA, 2005). A pesquisa também traz as contribuições de Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto (2007) no que diz respeito à "vulneração", de modo a apontar como este processo pode ser observado nas vidas das pessoas em situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal Boca de Rua; Mídia Radical Alternativa; Esfera Pública; Observação-Participante.

1 INTRODUÇÃO

"O que nós fazemos é uma pequena revolução.
O jornal Boca de Rua é a prova de que esta sociedade
punitiva e hierárquica que nós temos não funciona"
Caderno de Campo, 2017, reunião de pauta 1.

Não é preciso ir longe para nos depararmos com a população em situação de rua. Entretanto, os estudos sobre esta população são recentes no Brasil e começaram a ganhar visibilidade nas últimas décadas, com o intuito de impulsionar novas políticas públicas voltadas para essas demandas (MEIRELLES, 2017, p. 13). O trecho que abre este artigo, retirado da primeira reunião de pauta do Jornal Boca de Rua presente no caderno de campo produzido pela autora, traz um esboço daquilo que será apresentado no presente artigo. A partir de uma fala da coordenadora do jornal, o trecho retrata a

¹ Trabalho apresentado no IJ 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Estudante do sexto semestre de Jornalismo na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: caroline.m.musskopf@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS na Linha de Pesquisa em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Professor do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil (Campus Canoas). E-mail: luizfelipezago@ulbra.edu.br.

visão que o grupo tem de si mesmo a respeito do seu papel de mídia radical alternativa (DOWNING, 2004).

O Jornal Boca de Rua é formado por pessoas em situação de rua, estudantes voluntários e pela Organização Não Governamental Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ONG ALICE) e produz articulações que viabilizam a incorporação das pessoas em situação de rua participantes do projeto aos processos democráticos da cidade de Porto Alegre por meio da produção de um jornal trimestral que completa 18 anos em 2018. A primeira publicação do jornal Boca de Rua foi posta em circulação em dezembro do ano 2000, apesar do projeto ter sido oficializado apenas em 2001, durante o primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre. As reuniões de pauta são semanais e ocorrem na Escola Porto Alegre. A tiragem atual de 12 mil exemplares foi financiada pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e pela Federação dos Metalúrgicos CUT/RS até 2017. Os exemplares são vendidos pelos 35 integrantes do grupo, moradores ou pessoas em situação de rua ou de vulneração social.

Não existe uma maneira hegemônica de analisar a população em situação de rua, uma vez que estes indivíduos "não apenas moram ou sobrevivem na rua, mas constituem formas de organização social e significados particulares para seus atos" (SCHUCH et AL., 2016, p. 20) e, por isso, estabelecem diferentes maneiras de pertencer à "rua". Nesse sentido, a análise do desenvolvimento do Jornal Boca de Rua elucida algumas questões sobre o papel das mídias radicais alternativas e da comunicação das minorias (BARBALHO; PAIVA, 2005) sem pretensão de generalização. Contudo, apostamos aqui que tal abordagem pode ser produtiva para pensarmos o que estamos chamando aqui de potencial democrático das mídias radicais alternativas.

Em um contexto de marginalização constante desta população, por parte do poder público e de seus agentes, e também pela população geral da cidade, há um processo de resistência que começa com a organização de grupos de pessoas em situação de rua que se ajudam para garantir suas necessidades básicas. Esse movimento expande-se para a formação e o desenvolvimento do Movimento Nacional da População de Rua - que se articula em diversas frentes - até chegar a iniciativas populares de coletivos e mídias radicais alternativas, que serão explicadas a seguir. Estas atendem ou reivindicam as demandas mais específicas dos grupos formados pela população de rua, são capazes de reconhecer suas particularidades e tirá-los da categoria comum de "morador de rua". No caso das mídias radicais alternativas, por ora é possível indicar que se constituem no processo de resistência aos discursos e às representações

exploradas pelas mídias hegemônicas e que auxiliam na manutenção dos estereótipos que os englobam (DOWNING, 2004).

O objetivo deste estudo, portanto, é investigar as formas como a Comunicação se articula às práticas democráticas, num movimento de resistência ao processo de precarização e vulneração das vidas nuas na direção de "politizá-las" (AGAMBEN, 2002; ARÁN; PEIXOTO, 2007). De quais formas a Comunicação Social serve de instrumento e estratégia de contestação ao processo político hoje em curso no Brasil, que aprofunda a precarização e a vulneração de certas vidas consideradas não-cidadãs? Para tentar esboçar possíveis respostas a essa pergunta, esta pesquisa se fez metodologicamente por meio da observação-participante, fundamentada pela etnografia pós-moderna (GEERTZ, 1989, apud RIPOLL, 2016) – método do qual se extraem os trechos de diário de campo – e da análise da edição 63 do jornal Boca de Rua - "Luto e Luta".

2 O BOCA DE RUA CONTADO PELA MINHA BOCA

O estudo etnográfico é definido por Gottschalk (1998, apud RIPOLL, 2016, p. 19) como o "mapeamento de um território cultural feito por um etnógrafo que está dentro de seu panorama, movendo-se e agindo dentro dele [...]". Para Van Maanen (1995, apud RIPOLL, 2016, p. 28), a etnografia é o estudo de uma cultura compartilhada por determinado grupo social. Ele aponta ainda que o observador-participante é aquele que "vive com e vive como" o grupo estudado. Segundo Hughes, é necessário "compreender os arranjos e os [seus] dispositivos sociais" (1981, p. 48). Por outro lado, estudos antropológicos pós-modernos de autores como Clifford Geertz entendem a etnografia como "eminentemente interpretativa". Nesta perspectiva, estes estudos não são reproduções da realidade, mas resultado de negociações e construções entre o pesquisador e os pesquisados, que visam o estranhamento e o pensamento crítico. Ao mesmo tempo, os destaques feitos pelo pesquisador, assim como no campo jornalístico, são enquadrados que refletem sua própria visão de mundo e, portanto, "contaminados e contaminantes", ao contrário de apenas "observados". Isso porque "o ato de observar não é neutro" (RIPOLL, 2016, p. 31).

A observação-participante, método escolhido para a realização deste estudo, é uma das técnicas utilizadas para o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica, e normalmente é aliada à processos mais duradouros de pesquisa de campo. Celso Castro

(2016, p. 4 apud GEERTZ, 1973) aponta ainda que, na medida em que "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu", a definição de cultura se aproxima do desenvolvimento e análise destas teias "não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado." Geertz, segundo Castro (2016, p. 232), "interpretou a cultura como textos e sempre a partir das 'leituras' que seus membros também fazem".

2.1 A PESQUISA DE CAMPO

"Depois de conhecer esse jornal, [...] eu vi que eu tinha um valor", definiu um dos integrantes do Boca de Rua em entrevista, durante o meu primeiro contato com o grupo, no início de 2016. Foi o que chamei de reunião de pauta 0, por se tratar de uma reportagem que realizei durante meu estágio em uma emissora universitária. Logo no primeiro momento em que retornei ao grupo, um ano depois, entendi a complexidade da relação dos integrantes do jornal com os estudantes que realizam pesquisas sobre eles. O debate se estendeu e ainda se estende durante todos os momentos em que algum estudante novo frequenta a reunião.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida desde maio de 2017 e, em um período de dez meses, tive diversas oportunidades para repensar meu lugar como futura jornalista, e, principalmente, como sujeito. Durante este tempo, vi integrantes perderem suas filhas para a justiça e com isto o direito à maternidade; abatimentos e preocupações que frequentemente se refletiam em seus corpos e suas saúdes; mas também aprendi muito sobre seres humanos que, de alguma forma, conseguem tirar força do convívio em grupo e de suas redes de solidariedade para, constantemente, resistir aos processos que os marginalizam. Além disso, os integrantes do Boca de Rua expressam o tempo inteiro a disposição para fazer de Porto Alegre uma cidade que os inclua mais efetivamente em suas discussões políticas. Às vezes, algo parecido acontece até mesmo dentro do próprio grupo:

Logo que cheguei, já percebi um aspecto de preocupação no grupo. Peguei a conversa pelo meio, mas entendi que o financiamento do jornal estava com problemas. Após o SindBancários finalizar o convênio com o grupo, justificado por seus próprios problemas financeiro, o jornal Boca de Rua precisa de novos parceiros que exerçam esse papel. Enquanto Pedro⁴ indaga Rosina sobre o futuro, ela explica: 'vocês não precisam se preocupar com isso porque a gente

⁴ Todos os nomes dos integrantes do jornal que estão em situação de rua ou de vulneração social serão resguardados, visando a não exposição dos mesmos.

vai dar um jeito, como sempre damos (Caderno de campo, 2018, reunião de pauta 24).

“Eu [Rosina] estava errada em dizer que vocês não precisam se preocupar com essa perda de financiamento. Vocês devem sim participar desse e de todos os processos que envolvem o trabalho de vocês. Seja indo atrás de parceiros, seja melhorando as vendas e a produção do jornal para que mais pessoas tenham vontade de ajudar.” (Caderno de campo, 2018, reunião de pauta 26).

Via de regra, uma vez por mês o grupo realiza o chamado "Debate Boca"; que consiste em uma reunião de pauta voltada para discutir especificamente determinados aspectos que os integrantes precisam decidir sobre ou simplesmente melhorar. Muito embora aconteçam imprevistos que possam gerar mais de um debate por mês, ou debates fracionados durante todas as reuniões do trimestre de produção do jornal.

Maria João Silveirinha (2005, p. 41) expõe que para "os cidadãos fazerem sentido da democracia, as decisões têm de ser percebidas como representando de uma forma justa os interesses de todas as partes afetadas e não apenas das que podem constituir a maioria". E, nesse sentido, tendo em vista a não-homogeneidade de qualquer grupo social a ser pesquisado, torna-se previsível que os integrantes do Boca nem sempre concordem sobre as decisões que são votadas ou decididas em debate. Mesmo assim, nestes dez meses, todos respeitaram aquilo que foi decidido de forma democrática.

3 A BOCA DA RUA: COMUNICAÇÃO E MINORIAS

"O que a gente quer não é só o dinheiro, mas também o respeito."
Caderno de campo, 2017, reunião de pauta 4.

O Jornal Boca de Rua funciona a partir de uma política de redução de danos, que entende o espaço colaborativo como uma alternativa às dificuldades enfrentadas por quem vive em situação de rua, e, ao mesmo tempo, como geração de renda, pois todo o dinheiro da venda dos jornais é revertido para os vendedores. A partir das práticas de redução de danos, desenvolvida sem centralizar a moral e os padrões normatizadores, considera-se que até mesmo o uso de drogas diário pode ser realizado de modo a não prejudicar a vida em sociedade e com menos deterioração da saúde do usuário.

As pautas do jornal surgem a partir de discussões que tematizam os acontecimentos do cotidiano dos participantes do grupo "sem o compromisso de ser 'porta-voz' exclusivamente de moradores de rua [...] são feitas não apenas denúncias,

mas também propostas coletivas" (DUARTE, 2017, p. 200)⁵. Após feita a definição das pautas que serão abordadas na edição, é escolhido um coordenador para cada pauta dentre as integrantes da Alice e os estudantes voluntários. Estes ficam responsáveis por marcar e, posteriormente, transcrever as entrevistas, enquanto as perguntas e o enfoque são construídos coletivamente. Quando se trata de uma pauta mais factual, como a participação do grupo em alguma conferência, os próprios integrantes do Boca de Rua escrevem o texto a mão e entregam para que o conteúdo seja transcrito e as devidas correções ortográficas sejam feitas quando necessário. Duarte (2017, p. 201), coordenadora do jornal desde o início do projeto, explica, em um relato que integra o livro *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*, que "o fato de terem a oportunidade de se expressar sem intermediários externos os torna parte integrante de uma sociedade que os excluiu, colocando-os como sujeitos da sua história".

Sodré (2005, p. 11-12), a respeito do conceito de "minorias", afirma que este se caracteriza por "um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder" (SODRÉ, 2005, p. 13). E, a partir desta perspectiva, um grupo hegemônico é aquele dominado pelo consenso, enquanto um grupo minoritário é um dispositivo simbólico de recusa ao consentimento. As características básicas, portanto, de um grupo minoritário são: 1) vulnerabilidade jurídico-social; 2) identidade *in statu nascendi*, isto é, a minoria vive de um eterno recomeço e transformação identitária; 3) luta contra hegemônica; 4) estratégias discursivas e de ações demonstrativas, como atos públicos, campanhas e jornais (SODRÉ, 2005, p. 13). Ao abordar a construção de uma comunicação das minorias, Paiva (2005, p. 21-22), coloca que:

Apesar de a forma social estar marcada pela violência, os grupos minoritários podem optar por adotar formas de ação capazes de fazer frente à crueldade institucionalizada e generalizada com projetos sociais inclusive que priorizem a existência harmônica entre os cidadãos (PAIVA, 2005, p. 21-22).

A busca pelo envolvimento "efetivo e digno dos indivíduos precisa estabelecer-se sobre o pressuposto da inclusão, da responsabilidade, do afeto e do respeito" (PAIVA, 2005, p. 23) e, em projetos como o jornal Boca de Rua, devolve o protagonismo político

⁵ Rosina Duarte é jornalista e uma das fundadoras do jornal Boca de Rua. Atua a partir da Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação no desenvolvimento de projetos de comunicação comunitária e mídias radicais alternativas. Tendo em visto o caráter já público dos participantes do projeto que são integrantes da ONG Alice ou estudantes voluntários, seus nomes não serão substituídos por nomes fictícios.

aos seus integrantes ao oferecer diferentes mecanismos de reivindicação por meio de redes de apoio intra e extragrupo:

Rosina explica que o ideal é que muitas pessoas compareçam, para que aqueles que fizeram relatos de violência mais específicos não corram perigos por conta disso. [...] Esclarece que os dados coletados para a realização da edição 'Luto e Luta' foram enviados à comissão de Direitos Humanos, que aprovou o pedido da audiência pública sobre o tema com unanimidade (Caderno de Campo, 2017, reunião de pauta 1).

Em John Downing (2004, p. 53), vê-se que o exercício do direito à comunicação, como ocorre no Jornal Boca de Rua, é uma resistência "às múltiplas formas de opressão, mas requer, por sua vez, diálogo nos diversos setores - por sexo; por raça, etnia e nacionalidade; por idade; por categorias profissionais - para que possa efetivamente tomar forma". Nesse sentido, a noção de mídia radical alternativa é central para o desenvolvimento desta discussão.

Para Miguel Kottow (2005, apud ARÁN e PEIXOTO, 2007, p. 3), a vulnerabilidade é "um atributo antropológico de todo ser humano, pelo simples fato de estar vivo"; enquanto Fermin Roland Schramm (2006, apud ARÁN e PEIXOTO, 2007, p. 3) argumenta que "embora potencialmente ou virtualmente vulneráveis, nem todas as pessoas são vulneradas concretamente". Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto (2007, p. 3), nesse sentido, apontam a necessidade da classificação de uma vulneração efetiva como um processo que resulta em "[...] indivíduos e populações [que] são momentaneamente excluídos do estado de direito, vivendo numa zona de indeterminação, onde sua liberdade é subtraída e sua vida perde o valor". Ao mesmo tempo, Patrice Schuch et Al. (2016, p. 19) alegam que o conceito de vulnerabilidade, quando se trata da população em situação de rua, deve ser repensado, uma vez que pode remeter a formas de assistencialismo que não são capazes de alcançar os problemas estruturais responsáveis por essas situações, "no sentido de que esta classificação [é] baseada em pressupostos estabelecidos externamente à ela, [e] emerge em sua origem carregada de preconceitos, que justificariam algumas políticas ou posturas".

Segundo Natália Ledur Alles (2010, p. 98), as pessoas em situação de rua de Porto Alegre são tidas pelos demais habitantes da cidade como sujeitos "marginalizados, sujos, criminosos, incômodos e que não tem utilidade para a sociedade", por estarem fora da norma. Ao mesmo tempo, estas representações fazem com que, por exemplo, os casos de violência contra esta população não se configurem como uma prioridade para o

poder público. A edição 63 do jornal Boca de Rua intitulada "Luto e Luta" traz a seguinte narrativa:

Paulo Ricardo Camargo de Oliveira foi assassinado no dia 21 de março com vários tiros pelas costas em pleno dia, na praça da Matriz lotada de frequentadores, cercada por câmeras de segurança [...] Poucos minutos após o crime, antes de ouvir qualquer testemunha, o tenente coronel Eduardo Amorim, da Brigada Militar, [...] declarou não descartar a hipótese de ser um acerto de contas do tráfico (MORTE AO VIVO, 2017, p. 3).

Nesse sentido, é possível estabelecer um paralelo entre a vulneração destas vidas e o que Giorgio Agamben (2002) chamou de "vida nua"; isto é, aquela vida que não possui atribuições políticas e, por isso, existe em um estado de exceção constante corroborado pelo ordenamento jurídico. É a naturalização da afirmação de que algumas vidas valem mais que outras:

Nos primeiros quatro meses do ano, pelo menos quatro mortes. Ana Carmem, estudante da Escola Porto Alegre (EPA), foi encontrada estrangulada dentro de um container, e Jederson Michel foi morto com pancadas na cabeça [...] Em março, [...] dois integrantes do Boca de Rua morreram assassinados. (RUAS VIOLENTAS, 2017, p. 2)

4 VIDAS COM VOZ PÚBLICA: MÍDIA RADICAL E DEMOCRACIA

"A mídia [hegemônica] já procura fazer com que isso [a violência contra as pessoas em situação de rua] aumente. Eu me sinto representado feito um lixo, a escória, alguém que nem ser humano não é." Caderno de campo, 2017, reunião de pauta 0.

O Jornal Boca de Rua faz parte de um contexto de mídia contra hegemônica que "expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas" (DOWNING, 2004, p. 21) e produz a chamada "contra-informação", por quebrar silêncios e não se ater às abordagens narradas pela mídia convencional. Conforme trecho acima retirado do caderno de campo, observa-se o descontentamento de determinados grupos minoritários e a necessidade de estabelecer seus próprios canais de comunicação.

Segundo Victor Flusser (1982, p. 160), a contra-informação pode ser considerada como um ato cultural. Ele argumenta que a contra-informação é considerada apenas como a informação que contesta estruturas dominantes, mas esta é uma "visão acadêmica e inexata". Nesse sentido, o autor atribui a potência da contra-informação aos seus receptores, ao contrário do consenso acadêmico que coloca este instrumento na ordem da produção.

O grupo que integra o jornal Boca de Rua entende sua função social de resistência cotidiana ao falar sobre eles próprios, que geralmente são esquecidos pelas mídias, a não ser que seja para retratá-los de forma negativa: "A absoluta maioria desses fatos não ganha uma linha nos jornais e tampouco é noticiada nas rádios e televisões" (RUAS VIOLENTAS, 2017, p. 2). Em outra matéria da mesma edição, eles dizem: "O caso foi registrado no Boletim de Ocorrência número 287, mas nenhuma notícia saiu no jornal e, até o final dessa edição, a única informação da polícia é 'que o caso estava sendo investigado. (TACO DE BASEBOL, 2017, p. 5)".

As mídias radicais alternativas são, em geral, de pequena escala e baixo custo, têm em comum o fato de romper determinadas regras e não funcionam como dispositivo isolado. Isto é, "também são vitais as campanhas de alfabetização pela mídia, a crescente democratização dos meios de comunicação, a popularização técnica e científica [...]" (DOWNING, 2004, p. 22). O adjetivo "radical", no entanto, não se aplica a diversos projeto de comunicação étnica, religiosa ou comunitária. O contexto da mídia, seu conteúdo e impacto social devem ser os guias para essa definição conceitual.

Downing (2004, p. 41) alega que o papel das mídias radicais alternativas que visam a oposição ao pensamento hegemônico é manter viva a noção de como as coisas poderiam ser, mesmo que este seja apenas um norte ideológico. Nesse sentido, o autor (2004, p. 29) sustenta que a mídia radical alternativa serve mutuamente a dois propósitos:

- a) expressar verticalmente, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento; b) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrárias às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder.

As redes de apoio que se articulam por meio do jornal Boca de Rua, intrínsecas ao conceito de mídia radical alternativa abordado por Downing, desenvolveram-se como uma categoria de análise deste artigo, tendo em vista a relevância destas construções e desconstruções para a existência do grupo. Na edição "Luto e Luta" do jornal, vê-se alguns exemplos de como estas redes atuam de forma objetiva no cotidiano da produção: "Conforme informações repassadas ao estudante de jornalismo [...], o ônibus tinha placa de Rio Grande" (TACO DE BASEBOL, 2017, p. 5). Neste primeiro momento, observa-se uma atuação intragrupo, no qual um estudante voluntário descobriu uma informação que os integrantes não teriam acesso sozinhos. Outro exemplo são as redes extragrupo, que se desenvolvem a partir do Movimento da

População de Rua, mas também de instituições como a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) do município, a Escola Porto Alegre e outras mídias radicais alternativas de Porto Alegre. Estes vínculos são pautas constantes do jornal e aparecem em forma de reivindicações ou ainda em forma de relatos noticiosos.

Downing (2004) se ampara em Jesús Martín-Barbero (1993) para explorar o termo “hibridismo cultural”, que constitui e é constituído pela atuação dos movimentos sociais. Henrique Moreira Mazetti (2007, p. 2) aponta que Downing (2004) entende como mídia radical "não só as atividades que utilizam veículos de comunicação tradicionais [...] como também a arte performática, o grafite, o vestuário, as músicas populares, [...] atividades culturais que abrem possibilidade de experimentação e [...] outras formas de comunicação." Estas práticas são incorporados na produção do Boca de Rua na medida em que as reuniões de pauta também são o momento de dialogar sobre as participações do grupo em eventos e de expor os convites para que sejam votados. Visto que o grupo apenas comparece a eventos externos após a maioria concordar e votar no integrante que deverá representar o jornal. Além disso, o dia a dia de seus integrantes é muito presente na escolha das notícias. Como com a divulgação dos desenhos feitos por um deles, em forma de homenagem por seu falecimento.

Em todas os momentos em que algum membro ou ex-membro do jornal falece, o grupo separa uma parte da reunião de pauta para falar sobre ele, porque "uma das missões do Boca é dizer quem são essas pessoas, quais são os seus sonhos, quem foram os seus amigos, [...] porque os jornais não citam nem o nome dos moradores de rua que morrem" (Caderno de Campo, 2017, reunião de pauta 15). O grupo menciona ainda que "só aparecem nos jornais quem tem interesse econômico, mas o Boca quebra com essa regra [...] ele tem a função de responder perguntas" (Caderno de Campo, 2017, reunião de pauta 16).

Quando algo assim ocorre, os próprios integrantes do Boca de Rua assumem a tarefa de comunicar à família e acompanhar as investigações e repercussão do caso, ou ainda de cobrar o grupo para que este tipo de conversa seja feita:

Ricardo comunica ao grupo o falecimento do Índio, que participou do Boca de Rua por muitos anos mas estava afastado recentemente. [...] "Quem for mais próximo do Índio, por favor, fala um pouco sobre ele". Ricardo é o primeiro a se manifestar e conta que "ele sempre falava bonito, sempre fez parte da família e nunca se afastou totalmente". André o complementa dizendo que "ele era meio

ranzinza, doente pelo Grêmio e metido a guri". (Caderno de Campo, 2017, reunião 16).

De acordo com este trecho, é possível determinar uma relação entre a prática desta mídia radical alternativa com as teorias do espaço público e democracia, uma vez que as situações relatadas se constituem como processos intrínsecos e complementares ao ato de reivindicar este espaço de participação política, tanto para quem produz o jornal quanto para o público que o recebe:

"Temos que falar sobre a repercussão dessa capa da Lanceiros Negros na semana que vem [...] foi uma capa muito corajosa e nenhum outro jornal de Porto Alegre gerou tanta repercussão" (Caderno de campo, 2017, reunião de pauta 10).

No caso da edição 64 - "Massacre se repete", o enfoque da reportagem sobre a desocupação do prédio da Ocupação Lanceiros Negros⁶, ocorrida em junho de 2017, englobou inclusive o número de habitações vazias no Brasil, de acordo com dados do IBGE de 2010. A reportagem contou com cinco das dezesseis páginas do jornal e, após seu lançamento, foram relatadas - em reuniões de pauta - diversas conversas com o público leitor sobre a acontecimento.

Silveirinha (2005, p. 45) parte de um modelo de democracia deliberativa para relembrar que a democracia não apresenta influência apenas no que diz respeito "às eleições, mas se estende à participação racional no debate público sobre questões políticas". Assim, o conceito de "esfera pública" em Habermas (1989 apud SILVEIRINHA, 2005, p. 48) expõe a ideia de um espaço simbólico de discussão em torno das relações sociais, através da participação e argumentação pública. Ao longo do tempo, este conceito foi adaptado para a noção de "esferas públicas", no plural, para se emancipar de uma concepção unitária de sociedade. Para Fraser (1994, p. 123), este espaço público referido por Habermas pode ser entendido como "arenas discursivas paralelas onde todos os membros de grupos sociais subordinados inventem e circulem contradiscursos".

Wilson Gomes (2008, p. 162), por sua vez, expõe que "uma sociedade altamente democrática depende de um grau de visibilidade das discussões públicas que levam adiante questões de interesse comum e redundam na produção de decisão política". Para isso, há uma tentativa de reconstruir um padrão de equidade comunicativa, visto que Habermas (1996, apud SILVEIRINHA, 2005, p. 49) entende que "os cidadãos são

⁶ Para mais informações sobre a Ocupação Lanceiros Negros, ler: MUSSKOPF, Caroline de Mendonça; ALMEIDA; Gabriela Machado Ramos de. **Ocupação Lanceiros Negros no Facebook: A presença online dos movimentos sociais como exercício do direito à comunicação**. Revista Fronteiras: estudos midiáticos, v. 19, n. 2, 2017.

movidos por um conjunto de capacidades comunicativas que garantem que se podem reconhecer uns aos outros na esfera pública como iguais e realizar juntos as condições de liberdade ou auto-realização, por deliberação e ação." Dessa forma, evidencia-se que a conversa democrática consiste também na organização de cidadãos em grupos que discutem e modificam seus próprios projetos; para além da noção cristalizada de democracia na qual legisladores deliberam sobre programas públicos ou um grupo de pessoas se reúne para discutir política (DOWNING, 2004, p. 88).

A partir desta perspectiva, é possível conferir ao Jornal Boca de Rua seu potencial democrático, na medida em que utilizam as reuniões de pauta e, posteriormente, o jornal impresso e sua página no Facebook⁷, como espaço próprio de discussão e reivindicações políticas. No que diz respeito à relação dos integrantes do jornal com a Fasc, órgão municipal responsável pelas políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, por exemplo, a existência do jornal e a autonomia de seus integrantes na hora de escolher as pautas é decisiva para dar visibilidade às suas contestações:

"As pessoas em situação de rua estão abandonadas em tudo. [...] O prefeito Nelson Marchezan Jr. já falou que a assistência social não seria prioridade [...] Sabemos também que chega muita roupa de doação mas quando pedimos, nunca tem. É urgente que voltem a pagar os salários e normalizem os serviços" (ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTÁ ABANDONADA, 2017, p. 11).

Os integrantes do Boca de Rua, em nome deste, passam a integrar um espaço que, em geral, não é garantido às demais pessoas em situação de rua de Porto Alegre: "Apesar do presidente da FASC não estar presente na reunião do Comitê Pop Rua, um grupo de jornalistas do Boca conseguiu encontrar com ele para conversar" ("EU TENHO QUE ESCUTAR VOCÊS", 2017, p. 13). Além disso, da mesma forma como participaram de uma audiência pública que tematizava o extermínio da população de rua, opinam sobre a legislação que diz respeito diretamente a eles: "A lei que proíbe a circulação de carroças e carrinhos em Porto Alegre não funcionou. Os carrinheiros ainda estão esperando a qualificação profissional, e não se sabe ao certo como foram escolhidas as pessoas que tiveram acesso aos cursos profissionalizantes" ("EU TENHO QUE ESCUTAR VOCÊS", 2017, p. 15). Em Downing (2004, p. 76-77), as mídias

⁷ Em março de 2018, após pouco mais de um ano de sua criação, a página do Jornal Boca de Rua já estava com 3300 curtidas de forma orgânica e sem que o desenvolvimento de conteúdo para a plataforma web seja constante.

radicais alternativas podem ser entendidas como uma forma de "reconstituir a esfera pública".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após seis meses de observação e participação nas reuniões de pauta semanais do Jornal Boca de Rua, estabeleceu-se a hipótese de que a Comunicação Social aplicada à produção desta mídia radical alternativa poderia servir como um instrumento de contestação ao processo de vulneração das vidas da população de rua integrante do jornal. E, nos quatro meses seguintes, as formas como este processo acontece foram observadas como uma categoria de análise desta pesquisa.

As relações intra e extragrupo que possibilitam a produção trimestral de um jornal que já existe há quase 18 anos desenvolvem-se em torno de pautas que não dizem respeito apenas à população em situação de rua, mas também a questões sociais que o grupo enxerga como relevante e espera que a população de Porto Alegre passe a debater sobre. Isto é, a contra-informação produzida pelo Jornal Boca de Rua visa, para além da auto-representação, fomentar a participação e a argumentação pública. Este objetivo discursivo, ainda, os constitui enquanto grupo, tendo em vista a forma de funcionamento do mesmo e de suas reuniões, nas quais as votações e o debate são os norteadores para as tomadas de decisões.

As possibilidades desta mídia radical enquanto potencializadora da democracia, portanto, não se limitam à “politização” das vidas dos integrantes da população em situação de rua, no sentido de que também politiza os demais habitantes de Porto Alegre no que diz respeito às pautas deste grupo tido como minoritário. Desse modo, essas pessoas em situação de rua que participam do jornal, por um lado, desenvolvem-se como comunicadores e estabelecem novas metas para o dia a dia – inclusive fazendo reivindicações diretas ao poder público; por outro, fazem que com a vulneração de suas vidas passe a significar algo para pessoas que, sem o Jornal Boca de Rua, não teriam contato com essa temática.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 9-19.

ALLES, Natália Ledur. **Boca de Rua**: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO, Carlos Augusto Jr. **Vulnerabilidade e vida nua**: bioética e biopolítica na atualidade. Revista Saúde Pública. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTÁ ABANDONADA. In: Jornal Boca de Rua. ed. 63. Porto Alegre: abril, maio, jun, 2017.

BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

CASTRO, Celso (ed.). **Textos Básicos de Antropologia** - Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

DOWNING, John D. H. (org.). **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**, Silvana Vieira (trad.). 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DUARTE, Rosina. "A gente mudou a história": experiências e olhares do Jornal Boca de Rua. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simoe Ritta dos (org). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

"EU TENHO QUE ESCUTAR VOCÊS". In: Jornal Boca de Rua. ed. 63. Porto Alegre: abril, maio, jun, 2017.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.. **Comunicação e democracia: Problemas e perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008.

HUGHES, Everett Cherrington. **Men and their work**. Westport, Connecticut. Greenwood Press. 1981

MAZETTI, Henrique Moreira. Mídia alternativa para além da contra-informação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2007.

MEIRELLES, Mauro. Políticas Públicas, práticas e vivências das populações em situação de rua em Porto Alegre: uma introdução. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simoe Ritta dos (org). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

MORTE AO VIVO. In: Jornal Boca de Rua. ed. 63. Porto Alegre: abril, maio, jun, 2017.

PAIVA, Raquel. Mídia e políticas de minorias. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

RIPOLL, Daniela. **Genética, Cultura e Educação: o diário de campo de uma tese**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RUAS VIOLENTAS. In: Jornal Boca de Rua. ed. 63. Porto Alegre: abril, maio, jun, 2017.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. SANTOS, Simoe Ritta dos (orgs.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

SILVEIRINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

TACO DE BASEBOL. In: Jornal Boca de Rua. ed. 63. Porto Alegre: abril, maio, jun, 2017.